

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.
Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra
Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almедина.net · editora@almедина.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

Greve é a cessação coletiva e voluntária do trabalho numa empresa, setor, categoria ou de toda a população trabalhadora com o propósito de obter benefícios e concessões. O único recurso, face à exploração e a condições desumanas de trabalho, era o de parar o trabalho, utilizando o seu poder de associação. É por isso que a relação greve-luta-negociação-sindicalismo é inseparável da constituição e ação do movimento operário, que procura limitar o mercado livre, desmercadorizar o trabalho e ampliar a cidadania social, parte integrante do repertório de ação coletiva enquanto o antagonismo capital/trabalho subsistir. Em Portugal, a primeira Lei da Greve surge com a 1.^a República (1910), revogada em 1927, renunciando o *Estado Novo*, e apenas legal e constitucionalmente reconhecida após o 25 de Abril de 1974.

Hugo Dias

Guerra

O imaginário histórico, político e cultural do Ocidente está dominado por um legado de conflito. Só no século XX assistimos a duas Guerras Mundiais, ao Holocausto, à Guerra Civil de Espanha, à Guerra do Vietname, às pouco narradas Guerras Coloniais europeias no sul e às mais recentes guerras na ex-Jugoslávia e na ex-União Soviética. *Nunca mais* ou *jamais poderemos esquecer* são expressões que associamos a declarações públicas nos momentos comemorativos destes eventos. Sobre este compromisso, a geração que viu a Europa em escombros no pós-Segunda Guerra sonhou-a como “sonho futuro”, como «manhã por vir / fronteiras sem cães de guarda, / nações com seu riso franco, / abertas de par em par», como escreveu o poeta Casais Monteiro, em 1946, e procurou criar uma Europa protegida do conflito bélico inerente à sua tendência ciclicamente suicidária. O mundo bipolar que saiu desta conjuntura, edificado sob o nome da Guerra Fria, levou à exportação do conflito para outras paragens, de que a guerra do Vietname é um dos primeiros exemplos.

Esta ordem planetária pós-Segunda Guerra, de que emerge uma Europa abalada, vai assumindo os Estados Unidos como ator principal do Ocidente, deixando a Europa fora da história e ensimesmada com os sonhos de prosperidade prometidos pela União Europeia. As várias intervenções internacionais, desde a primeira Guerra do Golfo até à intervenção no Iraque e Afeganistão, tiveram nos Estados Unidos o ator principal do Ocidente, coadjuvado pelo Reino Unido, e, nas várias guerras que foram eclodindo em África, a Europa

não interveio como entidade coletiva – foram os países que intervieram individualmente, por norma guiados por antigas relações coloniais.

Por isso, o estado de suspensão de sentido que hoje vivemos na Europa vai muito além da crise bancária, financeira e orçamental. É o falhanço da prosperidade e riqueza do continente, que os anos 1990 sugeriam, e o falhanço do retorno de centralidade que a queda do Muro de Berlim abriu como horizonte e que hoje se fecha nas divisões do tecido europeu a que assistimos, em que a concentração de riqueza na mão de poucos e a pobreza de muitos se torna evidente nas manifestações de rua na Europa e por todo o mundo, reavivando o fantasma íntimo europeu do conflito bélico, com o qual a Europa ciclicamente convive.

Margarida Calafate Ribeiro

Habitação

No século XIX, Engels reagia à afluência desmedida de multidões à cidade, força de trabalho destinada a alimentar a produção industrial, argumentando que a crise do alojamento só se tornava um problema real quando, por um lado, afetava não só a classe operária mas também as outras classes, nomeadamente a pequena burguesia, e, por outro lado, ameaçava a própria burguesia pela promiscuidade de uma coabitação miserável e doentia.

Ao longo do século XX, a questão da habitação põe-se, num primeiro momento, como um direito que os Estados-Providência europeus concediam aos seus cidadãos. No período entre as duas guerras, os governos e os municípios dos países industrializados do norte da Europa forneceram dezenas de milhares de habitações e controlaram o mercado fundiário e imobiliário, adequando as cidades e os seus subúrbios às crescentes exigências populacionais. No segundo pós-guerra assistiu-se à produção de habitações em massa, para albergar um cada vez maior número de pessoas, mas a disponibilidade de terrenos muito afastados das cidades, a estandardização excessiva dos fogos, bem como a ideia moderna de redução da condição habitacional humana a uma função, levaram a um aprofundamento das reflexões que as ciências sociais dedicaram ao tema e a um ponto de viragem no modo de encarar o problema.

Hoje em dia, há duas premissas essenciais para enfrentar os graves problemas habitacionais do mundo: a da autonomia social na decisão, considerando que a disponibilização de habitações não deve ser uma imposição